



JORGE DE VASCONCELOS NUNES

Presidente da Câmara dos Deputados
1.8.1921 | 17.9.1921
(Grândola, 16.7.1878 | Lisboa, 15.3.1936)

A handwritten signature in black ink, reading "Jorge de Vasconcelos Nunes". The signature is written in a cursive, flowing style.

Proprietário, director e administrador de empresas.

Licenciado em engenharia agrónoma na Escola Nacional de Agricultura de Coimbra (1900).

Deputado às Constituintes (1911). Deputado (1915; 1919; 1921; 1922; e 1925). Vice-Presidente da Câmara dos Deputados (1920). Presidente da Câmara dos Deputados (1921). Ministro da Agricultura (1919). Ministro dos Abastecimentos (1919). Ministro do Trabalho (1919). Ministro do Comércio (1920).

Natural de Grândola.

Filho de José Jacinto Nunes, bacharel formado em leis, político, advogado e proprietário local, natural de Pedrógão Grande e morador na vila de Grândola, e de Maria da Natividade Pais de Vasconcelos Nunes, natural de Grândola, descendente de uma importante família da nobreza local.

Cunhado de Manuel de Brito Camacho, médico e político, fundador do Partido Unionista e director do jornal *A Luta*.

Casou com Maria Francisca Mendes, natural de Grândola, filha de Domingos Mendes, proprietário, e de Maria Pereira, de quem teve dois filhos, José de Vasconcelos Nunes e Jorge Jacinto Nunes de Vasconcelos.

Jorge de Vasconcelos Nunes nasceu em Grândola, no seio de uma família notável, pertencente à elite local. O seu pai, José Jacinto Nunes (1839-1931), era um destacado republicano, bacharel formado em leis, advogado e grande proprietário local.

A irmã mais velha de Jorge de Vasconcelos Nunes, Maria da Luz Pais de Vasconcelos Nunes Camacho, casou civilmente com Manuel de Brito Camacho, médico, militar, escritor e uma das principais figuras políticas da Primeira República que, entre outros cargos relevantes, foi ministro do Fomento (1910-1911) e alto comissário da República em Moçambique (1921-1923), tendo ainda fundado e liderado o Partido da União Republicana (Partido Unionista). A ligação familiar a Manuel de Brito Camacho foi decisiva no rumo político que Jorge de Vasconcelos Nunes e seu pai vieram a ter durante a I República.

Jorge de Vasconcelos Nunes fez os primeiros estudos em Lisboa, ingressando em 1895, em Coimbra, na Escola Central da Agricultura Morais Soares, também conhecida por Escola Nacional de Agricultura, onde se manteve até 1900, quando se formou em Agronomia.

Acompanhou de perto a carreira política do pai, José Jacinto Nunes, que foi presidente da Câmara Municipal de Grândola, membro do Directório do Partido Republicano Português, e deputado, em 1893, pelo círculo de Lisboa, tendo sido um dos primeiros deputados republicanos a entrar no Parlamento. Por tal razão, desde sua juventude, Jorge Vasconcelos Nunes desenvolveu acção política como propagandista da causa republicana. A sua actividade política mais activa começou nos seus tempos de estudante em Coimbra, desde 1895. Aquando da proclamação da República, percorreu em motorizada algumas aldeias do concelho de Grândola e Santiago do Cacém, anunciando vibrantemente a chegada do novo regime com brados de “Viva a República”, facto que deixou atónitos muitos aldeões.

Em termos partidários, Jorge de Vasconcelos Nunes enveredou conjuntamente com o seu pai e o seu cunhado, Manuel de Brito Camacho, pelo republicanismo conservador. Ingressou ainda durante a Monarquia no Partido Republicano Português.

Em 1912, acompanhou o seu cunhado, Brito Camacho, na cisão que formou o Partido da União Republicana, onde foi membro substituto da comissão administrativa em 1912. Em Outubro de 1919, fez parte da comissão mista que negociou a fusão do Partido Republicano Evolucionista com o Partido da União Republicana para a formação do Partido Republicano Liberal.

Manteve-se neste Partido até Fevereiro de 1923, data da sua fusão com o Partido Republicano de Reconstituição Nacional, que deu lugar ao Partido Republicano Nacionalista, ao qual aderiu, mantendo-se nesta força partidária até Março de 1926, data em que Cunha Leal liderou uma cisão interna, formando a União Liberal Republicana. Jorge Vasconcelos Nunes integrou este novo partido republicano conservador até 1930, altura em que abandonou a vida política activa.

Jorge de Vasconcelos Nunes foi deputado às Constituintes (1911), tomando assento parlamentar por Setúbal. Em 1915 voltou a ser deputado, desta vez por Timor. Nas legislaturas de 1919, 1921, 1922 e 1925 regressou à Câmara dos Deputados, por Setúbal. Foi vice-secretário da Câmara dos Deputados em 1911 e 1912. Em 1920 tornou-se vice-presidente da Câmara dos Deputados e em 1921 seu Presidente. Na Câmara dos Deputados foi autor de diversos projectos de lei.

Na legislatura de 1922-1925 renunciou ao mandato parlamentar na sessão de 18 de Fevereiro de 1925, tendo enviado uma carta a explicar os motivos da sua decisão ao grupo parlamentar do Partido Republicano Nacionalista. As razões prenderam-se com os problemas financeiros no Banco Industrial Português, de que era director.

Integrou o elenco governamental nos anos de 1919-1920, sobraçando no Governo presidido por José Relvas as pastas da Agricultura (de 27 de Janeiro a 30 de Março de 1919) e interinamente dos Abastecimentos (entre 27 de Fevereiro e 30 de Março de 1919). No Governo chefiado por Domingos Pereira manteve-se na pasta da Agricultura (desde 30 de Março até 29 de Junho de 1919), e ocupou interinamente a pasta do Trabalho (entre 6 de Maio e 29 de Junho de 1919). No Governo efémero de Fernandes Costa liderou o Ministério do Comércio (a 15 de Janeiro de 1920). E no

Executivo chefiado por Domingos Pereira voltou a liderar a pasta do Comércio (de 21 de Janeiro a 8 de Março desse ano).

Jorge Vasconcelos Nunes foi ainda procurador à Junta Geral do Distrito de Lisboa e vereador da Câmara Municipal de Cascais. Pertenceu à Maçonaria, tendo sido iniciado, em 1910, no triângulo n.º 13 de Grândola, com o nome simbólico de Gomes Freire, passando depois para a Loja *Irradiação* de Lisboa. Colaborou nos periódicos *O País*, *A Lanterna*, *O Mundo*, *A Luta*, *A Democracia do Sul* e *Pedro Nunes*.

Jacinto Nunes e Jorge Vasconcelos Nunes tinham um enorme prestígio no Alentejo, pelo que lhes foram prestadas inúmeras homenagens políticas. A título de exemplo refira-se a ocorrida em Beja, no dia 18 de Junho de 1923, no Centro Republicano Nacionalista, aquando da deslocação a esta cidade do Baixo Alentejo dos delegados do Directório do Partido Republicano Nacionalista. Após os discursos da praxe foram descerrados os retratos dos dois eminentes republicanos de Grândola. Perante estes discursos, o dr. Jorge Vasconcelos Nunes, antigo presidente da Câmara dos Deputados ficou “verdadeiramente comovido, as lágrimas bailaram-lhe nos olhos, bem como no de muitos assistentes”. Por fim, o dr. Jorge Vasconcelos Nunes agradeceu em seu nome e de seu pai a generosidade manifestada pelos correligionários de Beja.

Jorge Vasconcelos Nunes, enquanto deputado e ministro, preocupou-se com o desenvolvimento e os interesses da sua região. Contribuiu para a construção do porto de abrigo de Sesimbra, bem como para o apoio na assistência pública por intermédio da Misericórdia desta localidade. Com o seu pai, deu ainda um importante contributo para a construção da linha de caminho-de-ferro do Vale do Sado. Esta defesa dos interesses de Grândola levou os seus conterrâneos a dar o seu nome à maior avenida da Vila – que vai da Praça da República, onde se localiza a estátua de seu pai, à estação do caminho-de-ferro.

Jorge Vasconcelos Nunes foi proprietário e director de empresas. Tomando a seu cargo a administração das suas propriedades e, a partir de 1900, das de seu pai, foi presidente da direcção da Associação dos Regentes Agrícolas (1912-1917) e da respectiva Assembleia-Geral (desde 1918). Para além do desempenho de funções em várias empresas industriais, foi membro do Conselho de Administração da Companhia de Caminhos-de-ferro Portugueses, em representação do Estado e director do Banco Industrial Português (até 1925).

Enquanto homem abastado e grande proprietário rural, defendeu os interesses dos grandes agricultores do sul e do patronato e o equilíbrio orçamental pela diminuição das despesas do Estado no Parlamento e no Governo. A título de exemplo, refiram-se algumas das suas intervenções. No debate parlamentar em torno da reforma da contribuição predial, em 1911, os grandes proprietários defendiam que a progressividade do imposto, a existir, deveria abranger todo o tipo de rendimentos e não apenas os proventos agrícolas. Jorge Vasconcelos Nunes dando corpo a estas ideias argumentou o seguinte: “Diz-se também que estamos num País essencialmente agrícola. Eu chamo a atenção da Câmara. Todos os encargos recaem sobre a propriedade [...]. Então porque não se aplica também o imposto progressivo ao comércio e à indústria? Não vejo que se tenham feito fortunas na Agricultura, ao passo que os industriais e os comerciantes enriquecem. Não tem defesa possível o querer aplicar,

única e exclusivamente, à agricultura o imposto progressivo. À agricultura já bastam os prejuízos resultantes das longas estiagens, das inundações e agora até das greves” (sessão de 4 de Dezembro de 1911).

Enquanto vice-presidente da Câmara dos Deputados, fez as seguintes considerações a António Maria da Silva, ministro das Finanças: “Eu também sou pelos conselhos técnicos, mas quero-os na província. É aí que eu quero que a sua acção se exerça. Quero também na província os campos de experiências e não em canteiros e vasos na Ajuda e que, quando se proceda a sondagens para pesquisas de água, se procure a terra do sul, onde tanta falta faz. [...] É que estes serviços técnicos só convêm em Lisboa. Ninguém quer sujeitar-se à província, visto que lá não há Martinho nem Brasileira, nem há Chave de Ouro, e outras casas afamadas, não há nada disso”.

Em relação à redução de despesas do Estado defendeu o seguinte: “É notório que depois de Monsanto o número de funcionários aumentou extraordinariamente, com a criação de novos serviços, agravando consideravelmente as finanças públicas, É absolutamente indispensável arrear caminho. Os serviços têm de ser remodelados por forma que traduzam uma palpável redução de despesas. Sem isso, não é possível resolver a situação que aflige o País, nem é possível exigir do contribuinte aquilo que há necessidade de lhe pedir” (sessão de 17 de Maio de 1921).

Durante as eleições de 1925, Jorge Vasconcelos Nunes voltou a candidatar-se a deputado por Setúbal tendo como mote a “valorização do trabalho”. Donde, “o industrial, o comerciante e o agricultor têm que ser apreciados como os propulsores do trabalho e da riqueza nacional e não como quaisquer elementos daninhos, que convenha exterminar”. Durante a discussão parlamentar sobre o negócio dos tabacos, Jorge Vasconcelos Nunes defendeu o seu monopólio, uma vez que “é o mais prático” e o que “produz o máximo de rendimentos e benefícios”. Já a régie “é o pior de todos os sistemas. O estatismo falhou por toda a parte”.

A partir de 1930, com a desagregação da União Liberal Republicana e a institucionalização da Ditadura, Jorge Vasconcelos Nunes abandonou a política activa, tendo-se dedicado em exclusivo à vida empresarial. Veio a falecer em Lisboa, a 15 de Março de 1936.

Jorge Vasconcelos Nunes presidiu à Câmara dos Deputados na V Legislatura, a mais curta da I República, uma vez que durou menos de dois meses, de 25 de Julho a 17 de Setembro de 1921. Esta legislatura nasceu da dissolução do Parlamento, decidida em 1 de Julho desse ano e morreu às mãos da “noite sangrenta”, a 19 de Outubro, quando as Câmaras já se encontravam suspensas. Nos dias 25 e 30 de Julho de 1921, decorreram as duas sessões preparatórias da nova legislatura, mas foi só no dia 1 de Agosto de 1921 que foi eleito o novo Presidente da Câmara dos Deputados. Das 95 listas entradas na urna, sete foram brancas, tendo Jorge Vasconcelos Nunes vencido com 60 votos. Para a vice-presidência da Câmara dos Deputados foi eleito outro membro do Partido Republicano Liberal, Augusto Joaquim Alves dos Santos, que obteve 59 votos, assim como o democrático Luís Ricardo, com 25 votos. Para secretários foram eleitos António Mantas (54 votos) e Godinho do Amaral (27 votos). Ornelas da Silva (59 votos) e Luís da Costa Amorim (23 votos) foram os nomes mais votados para vice-secretários.

Os membros do Partido Republicano Português foram remetidos para lugares secundários, uma vez que tinham perdido a maioria para o Partido Republicano Liberal. Jorge Vasconcelos Nunes exercera, na anterior legislatura, as funções de vice-presidente da Câmara dos Deputados entre 2 de Dezembro de 1920 e 1 de Junho de 1921, tendo obtido então 49 votos, contra 78 votos de Abílio Marçal, do PRP, que ficou a presidir à Câmara dos Deputados.

Esta legislatura surgiu devido ao novo quadro constitucional do pós-guerra que permitia que o Presidente da República dissolvesse as Câmaras legislativas, após consulta do Conselho Parlamentar, sempre que assim o exigissem os interesses da Pátria e da República (lei n.º 89 de 22 de Setembro de 1919, que reviu a Constituição). De acordo com este preceito constitucional, o Presidente da República, António José de Almeida, tomou a decisão de dissolver o Congresso, uma vez que se tinha tornado praticamente impossível nomear um Governo que tivesse o apoio maioritário das Câmaras.

A fragmentação partidária tinha levado a que o partido maioritário do sistema, o PRP, tivesse enfrentado na legislatura de 1919-1921 duas cisões, protagonizadas por Álvaro de Castro e seus amigos, que formaram o Partido Republicano de Reconstituição Nacional em Março de 1920, e por parte de Domingos Leite Pereira e outros deputados, que formaram o Grupo Parlamentar Dissidente, no mesmo período. O PRP perdeu assim a maioria na Câmara dos Deputados e no Senado, e o Presidente da República teve de nomear Governos de concentração ou minoritários que tiveram vida curta. Entre Março de 1920 e Maio de 1921, houve oito Governos com as mais variadas combinações.

O PRP estava assim interessado na dissolução parlamentar, para tentar obter uma nova maioria, esmagando as suas cisões nas urnas e na mesa das negociações. O Partido Republicano Liberal também estava interessado na dissolução, uma vez que se conseguisse que o Presidente da República nomeasse um Governo liberal e dissolvesse simultaneamente as Câmaras, poderia “fazer” as eleições, de forma a obter uma maioria parlamentar que lhe permitisse suportar um Governo consistente. Por outro lado, a GNR e algumas forças militares, lideradas pelos republicanos radicais tinham-se revoltado a 21 de Maio de 1921 contra o Governo de concentração de Bernardino Machado e também exigiam a dissolução parlamentar.

O Presidente da República optou por aceitar a demissão do Governo para evitar mais uma revolução. O PRP decidiu então abdicar do poder, facilitando a nomeação de um Governo liberal, liderado por Tomé de Barros Queiroz, a 23 de Maio de 1921 e votou posteriormente a favor da dissolução do Congresso no Conselho Parlamentar. Só o representante dos socialistas votou contra, abstendo-se os reconstituintes e o representante dos democráticos dissidentes. A ascensão do Partido Republicano Liberal facilitaria a construção de um novo quadro político partidário, com dois partidos de Governo que se poderiam revezar no poder, à maneira do rotativismo, e enfraqueceria certamente os populares e os reconstituintes.

As eleições realizadas a 10 de Julho deram, como era norma, a vitória ao partido que as liderou no Ministério do Interior. O Partido Republicano Liberal estabeleceu acordos com o Partido Republicano Português em vários círculos para a distribuição dos votos e dos mandatos. Estas negociações foram estabelecidas não só entre

partidos como entre candidatos e notáveis individualmente. Daí estas eleições terem sido das menos concorridas (em Lisboa a abstenção chegou aos 79%), mas das que levantaram mais celeuma e acusações de fraude e violência. Os Liberais elegeram 79 deputados, os Democráticos 54 e os Reconstituintes 12. Os restantes 18 lugares da Câmara dos Deputados foram distribuídos por pequenas formações partidárias. Os monárquicos, que finalmente tiveram condições para ir às urnas obtiveram quatro deputados, os independentes cinco, os católicos três, os dissidentes três, os regionalistas dois e os populares um.

O novo Parlamento, dividido por nove agrupamentos partidários, tinha uma árdua tarefa pela frente, em partícula, resolver o problema da carestia de vida, provocada por uma inflação galopante, e o défice das contas públicas. Como reconheceu Bernardino Machado, a dissolução parlamentar, que tivera por objectivo criar dois fortes partidos de Governo, não resultou. O Partido Republicano Liberal, à semelhança do Partido Republicano Português, também se encontrava dividido por várias facções, de ex-unionistas, ex-evolucionistas e ex-centristas.

No Parlamento, a maioria de direita apoiou o Governo liberal de Tomé de Barros Queiroz, com a expectativa benévola dos democráticos e dos católicos e a oposição das outras bancadas. O Governo iniciou a sua acção tentando enfrentar os problemas constantemente adiados do défice público, da inflação, da desvalorização do escudo, dos abastecimentos dos produtos essenciais, do regime cerealífero e da reforma fiscal. No entanto, qualquer tentativa de enfrentar estes problemas encontrava no Parlamento uma maioria de bloqueio, que inviabilizava qualquer acção governamental. O Governo apresentou a declaração ministerial no dia 1 de Agosto na Câmara dos Deputados, tendo Tomé de Barros Queiroz chamado a atenção dos deputados para a sua responsabilidade: “Apesar dos esforços individuais de todos os parlamentares cujo patriotismo está acima das melhores referências, apesar dos bons desejos de cada um dos grupos do Congresso dissolvido, o facto incontestável é que não foram votados os orçamentos de 1919-1920, 1920-1921, 1921-1922, como votados não foram as propostas de carácter permanente criando receitas reputadas indispensáveis por toda a gente”.

Posteriormente, fez o diagnóstico da situação do País: “O encarecimento dos produtos que o País é obrigado a importar; a política financeira seguida depois do começo da guerra, não se criando as receitas correspondentes ao aumento da despesa ordinária, nem se contraindo empréstimos para a cobertura dos encargos extraordinários resultantes da guerra; o alargamento da circulação fiduciária não só para ocorrer às necessidades económicas do País, mas muito especialmente para cobrir os défices de gerência; as dificuldades crescentes para a colocação dos poucos produtos exportáveis e o afrouxamento daquele rigor na aplicação dos dinheiros públicos, que constituiu um dos melhores títulos de glória dos primeiros anos da administração republicana, conduziram o nosso meio circulante a uma desvalorização tal que a vida se tornou um tormento para as classes menos abastadas da sociedade portuguesa, agravando em muito as condições já precárias das nossas finanças”.

Perante esta situação, era imperioso que o Governo tomasse medidas para “um mais favorável abastecimento da população” e para uma “melhoria da situação financeira do País” que se obteria “pela valorização da nossa moeda, e essa valorização tem

de conseguir-se por factores de ordem moral e de ordem material: de ordem moral, fazendo uma administração modelar, defendendo os dinheiros públicos com energia e decisão; de ordem material, equilibrando o orçamento, aumentando a produção para se intensificar a exportação e diminuir a importação, regularizando a dívida flutuante, pondo o País em condições de poder recorrer vantajosamente às operações de crédito que forem reputadas úteis e essenciais”. O Governo pretendia restabelecer o equilíbrio orçamental à custa da habitual receita, simples mas não raras vezes impraticável, de reduzir as despesas e de um aumento das receitas.

Não era a primeira vez que propostas deste tipo eram apresentadas no Parlamento. O desequilíbrio nas contas públicas, a desvalorização do escudo e a inflação galopante tornavam prementes medidas de austeridade e de rigor e uma reformulação profunda do sistema de impostos.

As propostas de Barros Queiroz, expostas durante a apresentação do Governo a 1 de Agosto, foram devidamente explicitadas no Parlamento no dia 3 de Agosto de 1921, aquando da apresentação do orçamento rectificativo para 1921-1922. As propostas revelavam um plano ambicioso e articulado e reflectiam o pensamento da corrente republicana conservadora, há longos anos na oposição, para resolver os problemas nacionais referidos anteriormente. No referente ao aumento das receitas os liberais avançaram para a reformulação do sistema de impostos, propondo alterações e remodelações no real de água, na tabela do imposto de selo, contribuição de registo e introdução de um imposto para a assistência pública. Propunham ainda a criação de um imposto geral sobre o rendimento que iria substituir uma série de impostos.

A diminuição das despesas seria feita à custa da supressão ou redução dos serviços públicos. Os funcionários do Estado, incluindo as forças armadas seriam limitados ao estritamente necessário, e proibidas novas admissões enquanto houvesse excesso nos quadros. Propunha-se por isso, um programa de redução e de transferência de funcionários públicos, recorrendo, se necessário, à aposentação antecipada. Em relação à dívida pública, previa-se o lançamento de novos empréstimos internos e externos com condições mais vantajosas e medidas contra o aumento da circulação fiduciária.

Para além destas medidas propunha-se ainda um conjunto alargado de investimentos e de transformações em várias áreas. Por exemplo, o Governo tinha intenção de liberalizar o comércio dos produtos de primeira necessidade, como o carvão vegetal, a manteiga e os azeites, que podia resolver o problema do açambarcamento e da falta de alguns produtos. No entanto, estas medidas foram tidas como uma cedência a alguns grupos económicos. O mesmo sucedeu com o estabelecimento de três tipos de pão que tinha por objectivo regularizar o mercado e fazer baixar o preço do pão mais barato. O novo regime cerealífero foi discutido no Parlamento ao mesmo tempo que o preço do pão sofria aumentos sucessivos e provocava manifestações e protestos um pouco por toda a parte, acabando alguns deles em actos de violência.

A proposta de lei do Governo liberal foi atacada à esquerda por Cunha Leal, por provocar ganhos exagerados na moagem e nos produtores nacionais de trigo, à custa do consumidor. A criação dos três tipos de pão, o de luxo, o de primeira e o de segunda, aos quais correspondiam três tipos de farinha, fornecida pela moagem era propício a todo o tipo de fraudes. Os pães mais baratos eram muitas vezes intragáveis,

acusando-se a moagem de adulterar a farinha, facto que o Governo não podia comprovar por falta de condições. A lei acabou por ser promulgada, mas não teve futuro, tendo de ser abandonada pela forte oposição no Parlamento e na rua. Os liberais também pretendiam regularizar as relações com a Igreja e com os monárquicos, mas esta intenção era vista pelo sector radical como uma rendição da República.

As propostas apresentadas pelos liberais acabaram por não ser devidamente discutidas, nem aprovadas, com excepção da lei n.º 1 193 de 31 de Agosto de 1921 (duplicou as taxas do imposto do selo, com algumas excepções), devido à oposição de diversos grupos de interesses, à falta de coesão do Parlamento para tomar medidas difíceis e à mecânica de funcionamento da Câmara dos Deputados que privilegiava a discussão política em detrimento da eficácia e da probidade. Os esforços feitos pelo presidente da Câmara dos Deputados, Jorge Vasconcelos Nunes em centrar e limitar a discussão política em torno dos diplomas e dos temas apresentados pelo Governo não surtiram efeito. Não tendo sido possível aprovar um orçamento definitivo, teve de ser aprovado um decreto de meios para Julho e Agosto – decreto n.º 7 578, de 1 de Julho de 1921 e uma lei de meios para Setembro, Outubro e Novembro – lei n.º 1193, de 31 de Agosto de 1921.

Enquanto decorriam estas discussões no Parlamento saltou para as páginas dos jornais o escândalo do “contrato dos 50 milhões”. O Governo de Bernardino Machado tinha iniciado contactos em colaboração com Afonso Costa, delegado do Governo português em Paris, para contrair um empréstimo externo. Este crédito seria realizado por um consórcio de bancos e sociedades bancárias portuguesas, através do *Crédit International de Anvers*, junto de uma entidade americana, denominada *War Finance Corporation*, pelo valor de cinquenta milhões de dólares, ao juro de sete por cento. A iminência da operação tinha levado a uma enorme especulação cambial agravada por ser ter descoberto que um dos intermediários era um conhecido burlão americano, Jefferson Williams. Perante esta situação os parlamentares exigiram a presença dos ministros e dos banqueiros implicados no negócio no Parlamento e em particular Afonso Costa, que tinha servido de contacto com o referido burlão. A imprensa aproveitou para lançar mais uma campanha contra os políticos e instituições republicanas.

Perante este quadro, Tomé de Barros Queiroz decidiu apresentar a demissão do Governo a 30 de Agosto dada a manifesta ineficácia do poder legislativo e executivo, a suspeição do bom nome dos membros do Governo nas páginas dos jornais e no Parlamento, devido em parte, ao escândalo do “contrato dos 50 milhões” e a desinteligências dentro do Governo liberal liderado pela facção unionista devido a um projecto de lei de câmbios. Tomé de Barros Queiroz saiu do Governo profundamente desiludido uma vez que em Portugal, segundo ele, “não se discutem ideias, discutem-se homens para os arruinar, como se dessa demolição não adviesse um grave mal para o regime e para o País”.

O Presidente da República decidiu nomear um novo Governo liberal liderado por António Granjo, desta vez dominado pela facção evolucionista. Este Governo afigurava-se bastante mais fragilizado e sem o impulso reformista que o anterior tinha evidenciado, ainda que não tivesse obtido resultados palpáveis. O deputado monárquico, Mário de Aguiar, durante a apresentação do Governo no dia 31 de

Agosto anteviu logo o futuro do Executivo, declarando que, sendo este um Governo partidário, “vem unicamente passar o verão nas cadeiras do Poder”. Este novo Governo foi atacado pela imprensa de esquerda por favorecer a moagem com o aumento do preço da farinha e fez propalar as ligações do Presidente do Governo com os grupos católicos.

A Câmara dos Deputados suspendeu os seus trabalhos a 17 de Setembro, projectando reabrir portas a 7 de Novembro, mas a “noite sangrenta” de 19 de Outubro, em que foram assassinados, entre outros, António Granjo, Machado Santos e José Carlos da Maia, inviabilizou a sua continuação. Os Governos liberais não conseguiram levar por diante nenhuma das suas tarefas prioritárias de redução do deficit público, pelo aumento das receitas e diminuição das despesas. Por outro lado, nem o empréstimo externo, nem o orçamento foram aprovados. Era difícil conseguir melhores resultados sem uma maioria clara no Parlamento e sem um Governo forte e unido.

Tomada de posse de Jorge de Vasconcelos Nunes como Presidente da Câmara dos Deputados, em 1921

O Sr. Presidente: *Não é sem uma certa comoção que ocupo este lugar, agradecendo aos srs. deputados que se dignaram honrar-me com o seu sufrágio, fazendo-me eleger Presidente desta Câmara: fardo pesado para os meus ombros que dificilmente o suportarão; mas forte sempre no meu critério coarei por ele o Regimento por uma forma inflexível e tão rígida quanto for possível.*

Espero desempenhar as minhas funções de forma a ser imparcial, tendo sempre em vista o prestígio do Parlamento e das instituições.

Procederei não como representante de um partido, mas como Presidente de toda a Câmara, garantindo a todos, seja a quem for, os direitos que lhe pertencem.

Agradecendo mais uma vez a todos aqueles que em mim votaram, espero, pela conduta que seguirei, conquistar o respeito de todos os srs. deputados.

Procedendo desta forma, estou certo que não desmerecerei na confiança da Câmara, a quem eu dirijo, para terminar, os meus mais afectuosos cumprimentos.

Tenho dito.

O sr. Fernandes Costa: *Sr. Presidente: falando deste lado da Câmara, em nome dos deputados do Partido Liberal, e bem assim em meu nome pessoal, eu não posso deixar de me congratular pela escolha que acaba de ser feita.*

V. exa., como velho republicano, tem dado nesta casa do Parlamento repetidas provas de um grande talento, bem assim afirmando-se um grande defensor das instituições, o que muito o tem honrado (apoiados).

V. exa. acaba de anunciar a imparcialidade que conta empregar na direcção dos trabalhos da Câmara, o que é um dever, e procedendo assim dará mais uma prova da sua honra e da integridade do seu carácter.

Congratulo-me, pois, repito, com a eleição de v. exa. para Presidente da Câmara, certo de que v. exa. saberá cumprir o seu dever, honrando o seu nome e o nome do seu partido.

Tenho dito.

O sr. António Maria da Silva: *Sr. Presidente: todos nós sabemos que o lugar em que acaba de ser investido o sr. Jorge de Vasconcelos Nunes, como Presidente desta casa do Congresso, representa o reconhecimento pelo seu passado de velho republicano e antigo parlamentar, e é por isso que eu, em nome dos parlamentares do Partido Republicano Português, que têm assento nesta Câmara, apresento a v. exa. as minhas saudações.*

Congratulo-me, pois, com o resultado da eleição, certo de que s. exa., com a sua imparcialidade, seguirá o caminho que expôs à Câmara, podendo assim contar não só com o nosso apoio, mas com o nosso inteiro respeito.

Tenho dito.

O Sr. Lopes Cardoso: *Não concorda o Partido de Reconstituição Nacional com a eleição de v. exa. Em todo o caso, pelo que conhece da sua vida pública, e da forma como v. exa. dirigiu os trabalhos desta Câmara, durante o tempo que exerceu a vice-presidência, está convencido de que v. exa. continuará norteando a sua linha de conduta pelos princípios da mais imparcial legalidade.*

Está convencido o partido que nesta hora represento, que v. exa. honrará as palavras que acabou de proferir, e será assim o Presidente da Câmara dos Deputados, e não presidente do partido que o elegeu. Igualmente ele tem a certeza que assim sucederá, mesmo naqueles momentos em que as paixões políticas mais agitem esta Câmara.

É exactamente por confiar em v. exa. que, em nome do Partido de Reconstituição Nacional, lhe dirijo as minhas sinceras felicitações.

Tenho dito.

O Sr. Mário de Aguiar: *Sr. Presidente: pedi a palavra para me associar às saudações que por todos os lados da Câmara têm sido dirigidas a v. exa.*

Foi com o maior prazer que ouvi e registei as palavras que v. exa. proferiu de uma forma terminante, quais são as de que manterá sempre nesse lugar a maior imparcialidade. Folgo de as ouvir, porque v. exa., procedendo assim, há-de zelar a dignidade nacional.

Deste lado nunca surgirão dificuldades para que v. exa. mantenha essa imparcialidade, e para que v. exa. seja, não o presidente saído de um partido, mas sim um presidente saído de uma assembleia nacional.

Associo-me, pois, com o maior prazer, a todas as saudações que a v. exa. têm sido dirigidas, e mais uma vez acentuo que farei todo o possível para que v. exa. conserve essa imparcialidade, e esses são princípios de boa jurisprudência e bom parlamentarismo que v. exa. acabou de proferir.

Tenho dito.

O sr. Braga da Cruz: *Em nome do Centro Católico Português, cumpre-me dirigir a v. exa. as minhas saudações. É sabido que o Centro Católico Português não visa propriamente a fins políticos, e procurarei mesmo não me imiscuir nas questões e discussões políticas desta Câmara, mas apenas dar o meu concurso, tanto quanto em minhas forças caiba, nas discussões de ordem meramente técnica, porque foi assim que entrei nas portas desta Câmara.*

Portanto, sr. Presidente, com certeza não há-de ser da parte do Centro Católico Português que v. exa. encontrará dificuldades na direcção da presidência desta Câmara.

Apresento, pois, as minhas saudações, certo de que v. exa. há-de saber dirigir os trabalhos desta Câmara com a honestidade, com o carácter e com a competência que lhe são peculiares, associando-me assim às manifestações que, por todos os lados da Câmara, acabam de ser feitas a v. exa.

Tenho dito.

Sr. Vasco Borges: Pedi a palavra para apresentar a v. exa. as minhas homenagens pela sua ascensão a esse alto lugar, folgando ver que ele é ocupado por um velho republicano e por um prestigioso parlamentar.

Convencido que o passado político de v. exa. é fiador das palavras há pouco proferidas, eu apresento-lhe as minhas saudações e os meus mais afectuosos cumprimentos.

Tenho dito.

O sr. Presidente (Jorge Nunes): Agradeço profundamente reconhecido as palavras imerecidas que acabam de me ser dirigidas, as quais, se representam, até certo ponto, alguma justiça, elas não representam muito menos benevolência. Mas, srs. deputados, elas servirão para mim de estímulo, para não me afastar jamais do programa que tracei ao ocupar este lugar.

(Fonte: *Diário da Câmara dos Deputados*, sessão de 1.8.1921)

Fontes e Bibliografia

Diário do Congresso, 1921. Lisboa.

Diário da Câmara dos Deputados, 1921. Lisboa: Imprensa Nacional.

Arquivo Histórico Parlamentar, 1921 – *Projectos de lei apresentados pelos senhores deputados e pareceres das comissões*. Lisboa.

Arquivo Histórico Parlamentar – *Verbetes iconográficos dos deputados e senadores da I República*. Lisboa.

Arquivo Histórico Parlamentar, 1921 – *Livro Político da Câmara dos Deputados – Registo dos Deputados do Congresso da República. V Legislatura* (25 de Julho a 17 de Setembro de 1921). Lisboa.

Arquivo Municipal de Grândola – *Câmara Municipal de Grândola*, A.G1/5, f. 7v. Grândola.

Ação Nacionalista, 1924-1925. Cuba.

O Bejense, 1923. Beja.

Diário de Lisboa, 1925-1926. Lisboa.

FARINHA, Luís, 2002 – *Estudo sobre a acção política Parlamentar de Francisco Pinto Cunha Leal como deputado ao Congresso da República (1918-1926)*, 2 volumes. Lisboa: Assembleia da República/Edições Afrontamento.

FARINHA, Luís, 2003 – *Francisco Pinto Cunha Leal, intelectual e político: um estudo biográfico (1888-1970)*. Tese de Doutoramento apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

- LEAL, Ernesto Castro, 2008 – *Partidos e Programas. O campo partidário republicano português (1910-1926)*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- MALTEZ, José Adelino, 2005 – *Tradição e Revolução. Uma biografia do Portugal Político do século XIX ao XXI (1910-2005)*, vol. II. Lisboa: Tribuna da História.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.), 1991 – *Portugal da Monarquia para a República*, vol. XI. Lisboa: Ed. Presença.
- MARQUES, A. H. de Oliveira (coord.), 2000 – *Parlamentares e ministros da 1.ª República (1910-1926)*. Lisboa: Assembleia da República/Edições Afrontamento.
- QUEIROZ, Vasco de Barros, 1985 – *A República de 5 de Outubro de 1910 a Maio de 1926 e a acção política de Thomé José de Barros Queiroz. Episódios da vida do político Thomé José de Barros Queiroz* (posf. João Medina). Lisboa: Eva.
- RAMOS, Rui, 2001 – *A Segunda Fundação (1890-1926)*, Edição revista e actualizada de *História de Portugal*, vol. VI, direcção de José Mattoso. Lisboa: Editorial Estampa.
- TELO, António José, 1980 – *Decadência e queda da I República Portuguesa*, vol. I. Lisboa: A Regra do Jogo.
- VALÉRIO, Nuno (coord.), 2001 – *As Finanças Públicas no Parlamento Português. Estudos preliminares*. Lisboa: Edições Afrontamento.
- VALÉRIO, Nuno (coord.), 2006 – *Os Impostos no Parlamento Português. Sistemas Fiscais e Doutrinas Fiscais nos Séculos XIX e XX*. Lisboa: Dom Quixote.
- VALÉRIO, Nuno (coord.), 2006 – *Os Orçamentos no Parlamento Português*. Lisboa: Dom Quixote.